

O jornalismo deve contribuir para a ruptura do sistema



Por: Fabiana Moraes e
Marta Maia

Professoras das uni-
versidades federais de
Pernambuco e de Ouro
Preto, respectivamente.

Emails:
fabimoraes@gmail.com;
marta@martamaia.pro.br

Foto: Dairan Paul

Entrevistar uma pesquisadora experiente e que tem muito a dizer é uma experiência desafiadora. Márcia Veiga é uma daquelas mulheres que sabe sobre o que está falando. Mais que sabedoria, entretanto, observamos um movimento de afeto em direção ao jornalismo e às dinâmicas de recusa dos valores masculinistas que ainda predominam na sociedade e no campo. Com ampla produção intelectual sobre as ações de resistência e fraturas empreendidas nos modos de objetivação jornalística, delineado, segundo ela mesma “pelo ideário moderno-positivista-masculinista prevalente”, suas pesquisas apontam a retomada da subjetividade e a forte presença do sujeito nesses processos de rupturas.

Professora colaboradora do Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos e autora do livro “*Masculino, o gênero do Jornalismo: modos de produção das notícias*”, Márcia compartilha, nesta entrevista exclusiva, as descobertas e reflexões advindas de suas pesquisas, além de destrinchar, de maneira consistente, os modos de produção de sentidos do jornalismo na contemporaneidade.

EJM - Você iniciou suas pesquisas sobre o entrecruzamento gênero/jornalismo há mais de dez anos - seu mestrado, que resultou no excelente livro *Masculino, o Gênero do Jornalismo*, é um estudo necessário para entender como os valores da heteronormatividade estão assentados não só no fazer jornalístico brasileiro,

mas consequentemente na discursividade produzida. Nos últimos anos, houve também uma popularização de discussões a respeito de mulheres – cisgêneras e transgêneras – e poder, algo que também chega forte ao jornalismo. A pergunta: você acredita que fomos capazes, a partir desse espraiamento, de fissurar os valores masculinistas que impregnam o jornalismo?

MÁRCIA VEIGA - Bom, pra começar, acho que preciso situar como penso o jornalismo nas suas relações com a cultura, com as relações de gênero e poder. O jornalismo, entendido como forma de conhecimento social, é uma das teias onde o híbrido poder-saber opera. Ele não é uma ilha apartada da sociedade da qual é parte. Se por um lado é perceptível o quanto o jornalismo reproduz a lógica masculinista – que é a lógica de poder dominante, vista a partir do conceito de gênero – por outro, também é possível percebê-lo permeado por resistências e, deste modo, tal qual nossa sociedade, está sempre em processo e atualização das normativas culturais.

O conceito de gênero com o qual trabalho é uma lente conceitual epistemológica perpassada pela noção foucaultiana de poder. Através dessa lente, mais do que ajudar a compreender como os sistemas de valores e hierarquias se dão nas relações de gênero e poder entre homens e mulheres (ambas categorias não-universais, heterogêneas e interseccionadas a outros marcadores sociais de diferença), é possível compreender como a organização social nomeia, classifica as coisas do mundo com um valor relativo a gênero. Permite que se possa compreender como as convenções sociais hegemônicas de gênero permeiam e incidem não apenas sobre e a partir dos corpos dos sujeitos, mas constitui o universo de valores generificados que vai criar hierarquias de poder entre aquilo que convencionamos como masculino e feminino em nossa sociedade. Essas convenções norteiam também as práticas, os discursos e as instituições sociais, tais como o jornalismo. Em nossas convenções sociais de gênero dominantes, tudo aquilo que convencionamos como masculino – força, dominação, espaço público, razão desprovida de emoção, disputa, individualismo, verticalidade, autoridade-autoritária, etc. - é melhor valorizado, em detrimento dos atributos e características convencionadas (nomeadas, classificadas e valoradas) como femininas – tais como sensibilidade, cuidado, âmbito privado, escuta, colaboração, horizontalidade, etc. Ou seja, sujeitos e práticas em que os atributos masculinos sejam identificados terão melhores condições de alcançar o poder e o prestígio.

No caso da sociedade brasileira, é perceptível como as desigualdades sociais são marcadamente de gênero – e de raça, de sexualidade, geolocalização, etc. - para além de estritamente de classe, e que se interseccionam. São as mulheres negras que ocupam as bases da pirâmide social. São as práticas de cuidado, do privado, do comunitário (que numa analogia de gênero são consideradas “femininas”) aquelas menos valorizadas. Para tentar dar mais concretude a como essa lógica masculinista de poder opera, trago alguns exemplos das ações políticas que se destacam na condução da pandemia em nosso país. Essas ações, constituintes dos modos de governar, vão desde a militarização dos cargos, passando pelo incentivo ao armamento da população, à dominação, à exploração (dos sujeitos e demais seres vivos), à violência, o insuflar ao individualismo, chegando ao ponto de menosprezar e tentar aniquilar toda e qualquer ação de cuidado, de proteção e nutrição da vida, tão urgentes e necessárias nesse momento. Criam-se narrativas e formas de (des)conhecer crivadas de valores de gênero em que, nessa lógica masculinista do poder, o cuidado é facilmente vilipendiado como um sinônimo de fraqueza. O estímulo ao trabalho no espaço público, do “enfrentar o risco” em detrimento do recolhimento no lar, do “ficar em casa”, segue essa mesma lógica. E as atividades laborais de cuidado com o lar ou não são ou são precariamente remuneradas. Não por acaso, o uso da máscara é considerado coisa de “mulher”, ou “coisa de viado”, como vociferou o presidente da República¹.

¹<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/mo-nicabergamo/2020/07/mascara-e-coisa-de-v-dizia-bolsonaro-na-frente-de-visitas.shtml>

No caso do jornalismo, identifiquei que os valores profissionais também estavam permeados pelos valores culturais de gênero, e que esses valores serviam como um fator distintivo nas hierarquias de poder, tanto entre os profissionais quanto das notícias, bem como dos modos como os jornalistas conhecem e dão a conhecer a sociedade. Nas relações de poder e nos modos de conhecer do jornalismo, o masculino também era o atributo mais valorizado. Na hierarquia das notícias, por exemplo, percebi que as mais prestigiosas são as chamadas “*hardnews*”, notícias duras/fortes, oriundas dos campos historicamente masculinos e ocupados por homens, tais como os campos (e editorias) da política, economia, polícia, internacional. Entre os jornalistas observados em pesquisa na redação, eram selecionados para produzir as notícias mais prestigiosas, relativas às “*hardnews*”, preferencialmente os homens. Esse perfil masculinista também delineava os contornos daqueles – e também daquelas – reconhecidos como capazes de ocupar os postos de maior poder e prestígio na empresa, relegando às e aos demais as bases das hierarquias. As convenções e hierarquias de gênero no jornalismo também incidam nos conhecimentos dos jornalistas, nas formas como interpretam o mundo, a realidade e os sujeitos. Esses saberes, fundamentalmente de senso comum, permeados pelas ideologias dominantes e estruturantes da sociedade, tais como o machismo, o racismo, o classismo, eram parte dos conhecimentos predominantes dos profissionais, e como tal serviam como lentes inconscientes pelas quais a realidade e os sujeitos eram interpretados. A heteronormatividade (que prevê o conjunto de normativas relativas não apenas às convenções dominantes de gênero, mas também de sexualidade, de raça, de classe, de geração, etc.) era um tipo de saber que embasava as noções de verdade, de correto, de normal. Deste modo, servia de baliza para a hierarquia dos temas, das pautas, dos sujeitos (jornalistas, fontes ou personagens), dos discursos e conhecimentos que (re)produziam. Com pouca diversidade nas redações, seja de raça, etnia, classe, gênero, sexualidade, a reprodução dos sistemas de valores dominantes, a partir das bagagens culturais e posição de sujeito dos jornalistas, se dava de forma inconsciente nos modos de produção das notícias, e em consonância com os valores sociais dos donos das empresas.

Os avanços sociais, ainda que não suficientes, tanto em relação às convenções de gênero quanto nas intersecções com outros marcadores sociais, se deram a partir das mobilizações dos grupos historicamente excluídos e marginais na hierarquia social de poder. Por diferentes modos, nos últimos anos, fomos assistindo a novas formas de organização política mais coletivas, horizontais, mobilizadas principalmente pelas novas gerações. Temos o junho de 2013 e as ocupações das escolas e universidades que, em comum, compartilham dos valores da colaboração, da coletividade, mobilizadas pelas bases, sem “líderes” e figuras personalistas, e tendo as mulheres como importantes protagonistas. Tivemos, nos últimos dez anos, no Brasil e no mundo, importantes retomadas das pautas sociais de gênero, como a chamada quarta onda do feminismo, e igualmente as de sexualidade, de raça. A internet foi um dos fatores impulsionantes, permitindo a ampliação da circulação das informações (que foram historicamente desvalorizadas nos espaços de saber) e potencializou um diálogo mais direto, inclusive com as próprias empresas de jornalismo. Essas temáticas passaram a ser mais cobradas e pautadas no jornalismo.

EJM - Que avanços (se existem) você poderia indicar?

MÁRCIA VEIGA - Então, nesses últimos anos tivemos muitas movimentações sociais que estão dando novas mostras de que os regimes masculinistas – e também racistas – não são tão facilmente aceitos. O ingresso dos convencionados Outros nas universidades (a partir de ações afirmativas) e nos cursos de jornalismo (no corpo docente e discente), trouxeram uma diversidade maior de sujeitos

e posições de sujeito para o campo como um todo, o que significou uma intensa movimentação de disputa por novas formas de conhecer instigadas pelos novos agentes sociais. As temáticas sociais se ampliam cada vez mais nos interesses de pesquisas, inclusive no campo do jornalismo, seja na formação, seja nas redações - que também passam a ser ocupadas por aqueles e aquelas historicamente excluídas desses espaços. Há muita movimentação e muitas fissuras nos modos de compreender, nas práticas, nos discursos produzidos na sociedade em geral, e no jornalismo em particular.

Mas me parece que apesar de todas as movimentações e avanços, ainda temos enormes desafios para as rupturas nos modos masculinistas – na sociedade e no jornalismo. Estamos em plena exacerbação do exercício deste tipo de poder no governo federal, mas similarmente em todas as instituições em que essa lógica predomina, como no jornalismo. E não é por falta de práticas sociais e mesmo jornalísticas que efetivamente dêem mostras de como essa ruptura com o masculinismo é capaz de transformar relações de poder e produzir um conhecimento social transformador, mais afeito a alteridade. No jornalismo, essas práticas existem, e eu as denomino como ações de resistência, e elas são do âmbito convencionalizado como “feminino”. Quais seriam?

“A ruptura com o masculinismo é capaz de transformar relações de poder e produzir um conhecimento social transformador. No jornalismo, essas práticas existem e são do âmbito convencionalizado como 'feminino'”

São aquelas práticas jornalísticas que se dão no sentido da colaboração, das relações horizontais entre profissionais, profissionais e fontes, veículos e veículos. São aquelas em que o profissional entende que não é neutro, que sua subjetividade interfere na leitura da realidade e, portanto, passa a se responsabilizar por aquilo que faz e se coloca em permanente reflexividade em relação às suas práticas, aos seus valores, às suas verdades “absolutas” sobre o Outro. São aquelas práticas em que o profissional reconhece que a verdade é um mosaico de realidades, e exercita a alteridade buscando compreender o Outro a partir dos valores do Outro, e não a partir dos seus próprios (e etnocêntricos) valores. São ações de resistência ao poder masculinista aquelas em que o cuidado com o Outro e a reflexividade permanente sobre as práticas, por parte da/os profissionais, servem de balizas éticas, rompendo com o ideário masculinista-objetivista que delega estritamente às empresas, às estruturas, às técnicas e aos manuais a responsabilidade pelas interpretações e conhecimentos que se produz sobre os Outros. Essas e

outras práticas podem ser percebidas na condução profissional de muitos e muitas jornalistas, inclusive dentro das redações de empresas do *mainstream*, mas também, ou principalmente, nas práticas realizadas nos desvalorizados jornalismo denominados “alternativos” ou “independentes”.

Penso que a formação de jornalistas sob outras bases de valores (femininos) pode contribuir para transformar as práticas, o próprio jornalismo, e também a cultura da sociedade. Não basta que saibamos que há uma diversidade de identidades de gênero, é importante que aprendamos a romper com as lógicas de gênero e poder que incidem sobre os corpos, sobre as estruturas sociais mais amplas, e também sobre as formas como conhecemos os sujeitos e as coisas do mundo. É preciso que se aprenda, com a teoria e a prática, daqueles considerados Outros (mulheres, pessoas negras, indígenas, pobres, LGBTQIs, etc.), que também ocupam os espaços do campo do jornalismo promovendo resistência dentro das redações, nas salas de aula e também na

sociedade. Porque o que viemos historicamente aprendendo a partir deste Eu (branco, masculino, heterossexual, burguês, falo e antropocêntrico) nos trouxe até aqui, como profissão e como sociedade. Visivelmente, não deu certo.

EJM - Você tem pesquisado a fundo o trabalho de mulheres jornalistas, questões da prática que indicam abordagens diferenciadas de um jornalismo que até hoje nos serve de modelo. É possível resumir que abordagens seriam essas e como elas se realizam? Essas abordagens são possíveis em meio às radicais mudanças tecnológicas e de mercado e, em grau bem menor, epistemológicas?

MÁRCIA VEIGA - Na verdade, depois de pesquisar o jornalismo a partir das redações e das universidades, tendo compreendido como as práticas e relações masculinistas contribuem para a reprodução dos sistemas de valores dominantes, resolvi investigar onde e por onde operavam as ações de resistência. Queria conhecer as práticas jornalísticas que fossem mais afeitas a alteridade, que não transformassem diferentes em desiguais. E há muitas! Mas acabei delimitando o estudo daquelas desenvolvidas nos chamados “livros de repórter”, conceito desenvolvido por Beatriz Marocco.

Deste modo, encontrei essas práticas, subversivas e de resistência ao masculinismo, principalmente junto às mulheres jornalistas, mas também a alguns homens.

Na pesquisa do pós-doutorado o objetivo era conhecer essas práticas diferenciadas, de olhar e narrar a realidade e o Outro, a partir da sistematização destas experiências. A maioria dessas práticas foi de mulheres. A preferência por aqueles e aquelas que tenham tido carreira em veículos do *mainstream* era justamente para mostrar as resistências ao poder, principalmente no mercado. Entre as e os principais interlocutores da pesquisa estão Adriana Mabília, Caco Barcelos, Daniela Arbex, Eliane Brum, Fabiana Moraes, Nana Queiroz, Patricia Campos Melo, Pablito Aguiar. Então, na verdade não se tratava de pesquisar exclusivamente mulheres, mas sim ações de resistência ao masculinismo do jornalismo, o que equivale dizer abordagens diferenciadas.

Não por acaso, a maioria das interlocutoras desta pesquisa são mulheres. Não que o fato de serem mulheres cisgêneras seja natural ou biologicamente responsável por seus atributos de gênero. Mas o fato de serem identificadas com essa identidade de gênero contribui com uma posição de sujeito em que estejam mais familiarizadas com os atributos do feminino. Afinal, as mulheres desde que nascem são consideradas pela cultura como mais frágeis, mais sensíveis, mais dotadas de características “femininas” e mais aptas ao desempenho destas características em suas práticas em quaisquer espaços por onde circulem. São consideradas, de antemão, como débeis, desprovidas de uma razão objetiva (uma racionalidade cartesiana que suprime a emoção), mais afeitas às questões do âmbito do privado, e não do público. A questão é que nada disso é genético, tampouco corresponde à “Verdade” para uma diversidade de mulheres existentes; trata-se das formas de assujeitamento correspondentes aos padrões de feminilidade e masculinidades hegemônicas.

Na lógica masculinista do jornalismo, as práticas são guiadas por valores como “arrancar” informações, “furar” o colega, correr riscos, ter coragem, ser herói, isento, verdadeiro, objetivo, sucinto. O tempo, sempre da pressa, visa conter um “todo” em respostas rápidas e simplificadoras. A ideia de credibilidade está relacionada ao sujeito universal (homem, branco, hetero, burguês), às instâncias

“A formação de jornalistas sob outras bases de valores (femininos) pode contribuir para transformar as práticas, o próprio jornalismo e a cultura da sociedade”

consideradas de maior poder e a determinados tipos de saber. Essa lógica interfere nos comportamentos, nas relações e nas compreensões de mundo, na aplicação das técnicas e na produção de discursos. As e os jornalistas desta última pesquisa me mostraram como esses valores da deontologia eram subvertidos.

Como parte fundamental dessas ações de resistência está o resgate da dimensão da subjetividade e do sujeito. A subjetividade seria esse espaço relativo ao sujeito e aos elementos que o constituem, material e culturalmente. É onde residem os valores sociais dos jornalistas e suas visões de mundo, arcabouço do conhecimento cultural constituído nas experiências, nos processos de socialização. Sendo as ideologias do machismo, racismo, etc., amplamente circulantes e predominantes nas formas de conhecer (na escola, na família, na igreja e nos próprios meios de comunicação), somos majoritariamente assujeitados por esses saberes. E, isso obviamente, inclui os e as jornalistas. Esses conhecimentos sociais interferem nos modos como a realidade é compreendida, no como pessoas e situações são clas-

“Como parte fundamental dessas ações de resistência está o resgate da dimensão da subjetividade e do sujeito”

sificadas pelos conhecimentos produzidos também no e pelo jornalismo. Naturalizados, e não suficientemente refletidos de forma crítica na deontologia profissional, esses valores acabam por ser reproduzidos nas construções noticiosas. Sem o reconhecimento de que os sujeitos e subjetividades são parte fundamental dos processos de cognição da realidade na produção do conhecimento jornalístico, como prevê a deontologia guiada por uma noção de

objetividade masculinista, não há como compreender os modos como esse processo cognitivo e de poder opera na transformação de diferenças em desigualdades.

O reconhecimento de si rompe com o mito da neutralidade e resgata a capacidade de agência e de corresponsabilidade. O resgate do sujeito e da subjetividade foram aparecendo na pesquisa a partir dos modos como essas e esses profissionais exercitavam suas práticas e, principalmente, como eram reflexivos sobre estas. Corporificavam suas atuações. Os sentidos – o olhar, a escuta –, as sensações, a intuição (atributos convencionados como femininos), normalmente alijados das prescrições para uma prática que se pretende objetiva e neutra, são elementos reiterados nas descrições das ações. O corpo e as emoções são trazidos como parte da racionalidade e dão indicativos de ser um dos modos de deslocamento da objetivação jornalística - que prescindia da subjetividade como princípio paradigmático. Os sentidos de colaboração e coletividade são enaltecidos e efetivamente praticados, fissurando as lógicas de competição e individualismo prevalentes no campo. A horizontalidade é ferramenta de encontro com o outro, a quem se pretende “escutar” e de quem não se pretende “arrancar nada”, muito menos “furar” ou qualquer tipo de ação impositiva ou dominadora. O mundo, a partir do prisma adotado por essas e esses profissionais, não é mais percebido de forma simplista; é um mundo complexo, no qual o pensamento binário se dissolve. A “Verdade” abre espaço para um mosaico de verdades vistas sob diversos prismas, localizados e corporificados na diversidade de vozes e visões que os e as profissionais se interessam em compreender. A dimensão ética destas práticas reconhece explicitamente a intrusão da interpretação de um Eu sobre um Outro, e é sempre perpassada por um exercício de alteridade. Ajuda a estranhar inclusive a si mesmos e as proximidades de valores de seus universos individuais e culturais que geram mais empatia com determinados sujeitos e situações, desnaturalizando o “familiar” e colocando-os sempre em perspectiva.

Entre as tantas e diferentes ações de resistência, saliento as rupturas paradigmáticas e epistemológicas nos modos de objetivação jornalística, delineado pelo ideário moderno-positivista-masculinista prevalente. Nessas rupturas, a retomada

da subjetividade, e do sujeito, traz em si um convite a repensar o tipo de objetividade que deva ser exercitada para uma prática mais afeita a alteridade na profissão. Ao analisar os modos como o processo de objetivação era realizado por essas profissionais, percebi uma aproximação com a noção de objetividade feminista, de Donna Haraway. A perspectiva da objetividade feminista trata da “localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto”, e indica os modos como podemos nos tornar responsáveis por aquilo que aprendemos a ver” (Haraway, 1995, p. 21). Ou seja, sinaliza os significados possíveis a partir de uma visão que se constitui a partir de sistemas de percepção ativos que constroem traduções, interpretações e modos específicos de ver. Sugere como afastarmo-nos das perspectivas da totalização e do pleno relativismo, considerados por ela como “truques de Deus”, por serem entendidos como perspectivas que igual e inteiramente prometem uma visão de toda a parte e de lugar nenhum, comuns na ciência (Haraway, 1995) e no jornalismo. Por essa perspectiva, “a objetividade não diz respeito a desengajamento, trata de assumir riscos num mundo no qual nós somos permanentemente mortais, isto é, não detemos o controle final. Por último, não temos ideias claras e precisas” (Haraway, 1995, p. 41).

Então, quando me perguntaram se penso se “essas abordagens são possíveis em meio às radicais mudanças tecnológicas e de mercado e, em grau bem menor, epistemológicas?”, minha resposta é que sim. Pois, como pude perceber, essas práticas já existem e apontam caminhos para as necessárias transformações de valores e dos tipos de conhecimento que são colocados na formação dos profissionais. E nisso penso que a universidade tem papel central.

EJM - Em 2020, foi publicada uma pesquisa global sobre violência online contra jornalistas². Os dados mostram que a situação para as mulheres jornalistas são, no mínimo, preocupantes: 73% das pesquisadas afirmaram já ter sofrido abuso, assédio, ameaças e ataques online. Um dado alarmante é que o risco se estende às famílias, fontes e públicos das mulheres jornalistas. No caso do Brasil, tivemos os casos, entre outros, das jornalistas Patrícia Campos e Schirlei Alves Mello, que sofreram ataques e ameaças após a publicação de reportagens críticas. Você consegue perceber possíveis saídas para toda essa onda de violência contra os jornalistas, em especial contra as mulheres jornalistas?

MÁRCIA VEIGA - Eu penso que estamos vivendo o recrudescimento das ações masculinistas (e também racistas, heterossexistas, xenófabas, etc.) no mundo, mas especialmente no Brasil. A violência contra mulheres é a ponta do iceberg de uma cultura machista que perpassa todos os espaços, públicos e privados, e é resultado de uma história de desumanização, dominação e objetificação das mulheres. Se colocarmos as interseções de gênero com outros marcadores como raça, classe, geolocalização, teremos ainda mais nítido o retrato da desigualdade e da vulnerabilidade também entre mulheres. Observando os termos mais utilizados para o enfrentamento à pandemia, percebe-se que geralmente se referem à guerra. Mas na guerra, se combate com violência e morte, dominação de um polo sobre o outro, e não com cuidado, acolhimento, diálogo, solidariedade. No contexto atual estão

“Nessas rupturas, a retomada da subjetividade, e do sujeito, traz em si um convite a repensar o tipo de objetividade que deva ser exercitada para uma prática mais afeita a alteridade na profissão”

²<https://www.icfj.org/news/online-attacks-women-journalists-leading-real-world-violence-new-research-shows>

mais fragilizadas não só as mulheres (e umas bem mais que outras), mas também todas as atividades que envolvem o cuidado, o senso comunitário e coletivo. O espaço privado, com o advento do isolamento social e do trabalho remoto, aumentou exponencialmente os riscos de vida das mulheres e a sobrecarga de trabalho, remunerado e não remunerado. Se a gente olhar os dados referentes às violências sofridas por jornalistas em relação aos dados de violência contra mulheres de modo geral, veremos que estão absolutamente relacionados. O colapso está atingindo mais diretamente as mulheres e as atividades correlacionadas ao universo feminino.

Num universo masculinista como o do jornalismo, e no atual contexto da sociedade de modo geral, não é de se surpreender o quanto as profissionais estão mais vulneráveis, seja no âmbito profissional, seja no pessoal, pela condição de gênero. A partir de suas atuações e visibilidade no espaço público, as jornalistas também acabam sofrendo no âmbito privado o espraiamento da violência resultante deste tipo de poder. Ainda mais quando tem seus endereços virtuais e residenciais violados e invadidos por mensagens e ameaças de ódio a partir do desempenho público em suas profissões.

Entretanto, se, por um lado, o jornalismo como um campo participa da reprodução de sistemas de valores como o machismo, por outro tem potência de

“Se, por um lado, o jornalismo como um campo participa da reprodução de sistemas de valores como o machismo, por outro tem potência de interferir na cultura de modo a transformá-la”

interferir na cultura de modo a transformá-la. Acredito, sinceramente, que a chave, não só para o jornalismo, mas para a sociedade, está numa profunda transformação nos valores culturais. Enquanto não estranharmos os códigos masculinistas de poder e também de saber, não será possível transformar as relações de desigualdade e violência. Há uma enorme necessidade de rompermos com os modos como conhecemos e naturalizamos as coisas do mundo, e isso demanda uma ruptura epistemológica. Sem o rompimento com os saberes dominantes, que incluem a forma como nomeamos, classificamos e valoramos as coisas do mundo por um valor relativo a gênero, vamos seguir alimentando a naturalização de um tipo de poder que resulta em violência. Quando a colaboração for melhor valorizada do que a disputa, a coletividade do

que o individualismo, a sensibilidade do que a força bruta, o diálogo do que a imposição, experimentaremos outras formas de se viver socialmente. Mas é preciso que se coloque em xeque esses valores dominantes, e não vejo outro caminho que não seja pela via da educação. Uma educação de pensamento crítico, que envolva o entendimento do quanto esses marcadores da diferença são transformados em desigualdades através das atividades humanas, e não da natureza, como vêm sendo reificados e de forma completamente equivocada. Porque os estudos demonstram que mesmo na natureza o sentido de colaboração, o entendimento da co dependência entre os seres vivos (humanos e não humanos), é fundamental para a possibilidade de vida na terra.

EJM - Como vê a enorme recepção que os estudos decoloniais tiveram nos últimos anos no campo da comunicação? Em que medida eles podem nos ajudar a construir uma epistemologia na qual, por exemplo, processos de exotificação e, usando um termo clássico de Spivak, de outremização, sejam esmorecidos? Nesse sentido, os estudos de comunicação latino-americanos que já foram tão presentes na academia brasileira, também poderiam nos ajudar a pensar, por

exemplo, uma comunicação menos assentada na universalidade e se voltando para questões como a territorialidade, por exemplo?

MÁRCIA VEIGA - Apesar de uma melhor recepção dos estudos decoloniais no campo, entendo que ainda precisamos avançar muito, e com maior rapidez, a fim de contribuir com as rupturas necessárias aos regimes de poder e de saber. Os estudos decoloniais ainda são menos prevalentes na história dos tipos de conhecimento circulantes e valorados no campo. Não por acaso, porque como já nos ensinou Foucault, o poder e o saber são um híbrido. Os estudos decoloniais, assim como os estudos feministas, queer, raciais e culturais são oriundos do pensamento marginal. Ou seja, são parte das reflexões propostas a partir das ações políticas dos movimentos sociais, e, como tal, a partir do paradigma dominante, entendidos de antemão como menores, “militantes”.

O paradigma moderno, que orienta o cientificismo e também o jornalismo, se estabeleceu atrelado ao processo colonizador, e estrutura os regimes de verdade. E os paradigmas, segundo Gerard Fourez (1995), são instrumentos intelectuais poderosos no domínio do mundo, relacionados diretamente às convenções sociais e formas de enxergar a realidade. Atravessando as práticas sociais e discursivas, esses regimes de verdade forjam a normalização social, instituindo o nós e o Outro. Incidem nas possibilidades de pensamento com a criação do que Foucault denominou de episteme, um sistema coerente de ideias e valores formulados pelo conjunto dos contextos discursivos que servem como matriz das formas coletivas de representação da realidade. E o paradigma moderno, ao definir o sujeito universal – homem, branco, ocidental, heterossexual, burguês –, definiu também o centro a partir de onde se organiza o conhecimento tido como verdadeiro, credível – e esse centro é ocidental, branco, europeu, estadunidense, constituído como cânone do pensamento e revestido pelo manto da “neutralidade” e da “universalidade”. O “sujeito universal” é o sujeito compreendido como normal para que o conhecimento se produza em bons termos, ou seja, aquele cuja identidade é marcada pela “coerência” com as normas e os valores. É também aquele que reúne atributos capazes de conferir uma postura neutra, apartando subjetividade da objetividade para o alcance da “verdade”. Os saberes, assim como os sujeitos, à margem deste centro organizador, são considerados menores, ideológicos, militantes, e outros tantos adjetivos com conotação pejorativa.

A tradição dos cânones colonialistas no campo, nos métodos, nas disciplinas e nos conteúdos privilegiados obedecem a uma ordem colonialista e masculinista de pensamento. Essa ordem também delinea as condições de saber e as relações de poder. A gente consegue, principalmente a partir da crítica e das perspectivas diversas oferecidas pelos estudos das margens, como os estudos decoloniais, entender não só as estruturas sociais e as relações de poder, mas também como elas estão inter-relacionadas com as nossas condições de pensamento delimitadas pelos tipos de conhecimento. Se os tipos de conhecimento (teorias, conceitos, métodos, pedagogias, técnicas) coloniais prevalentes no campo não têm contribuído para desconstruir valores dominantes (exotizantes, hierárquicos, excludentes) e estimular práticas mais afeitas a alteridade, me parece que esses outros saberes produzidos a partir dos estudos decoloniais podem trazer imensa contribuição para as transformações do jornalismo como um todo. Nesse sentido, acredito que o reconhecimento dessas perspectivas de estudos, vista a partir dos pontos de vista das mulheres, das pessoas negras e indígenas, das pessoas LGBTQIs, das pessoas do sul global ou das regiões norte e nordeste do país, por exemplo, podem efetivamente causar fissuras nos regimes de verdade, nas relações de poder também a partir do campo.

Eu sempre acho que vale a pena reforçar que as diferenças são transformadas em desigualdade na cultura, na forma como a gente nomeia, classifica e hierarquiza sujeitos e coisas do mundo. E a produção simbólica é central nesse processo. Então

eu penso que é aí, nesse espaço, que o jornalismo e a comunicação de modo geral, são centrais. E mais centrais ainda são os sujeitos que produzem esses tipos de conhecimentos culturais e sociais. Quanto mais críticos, mais reflexivos, mais conhecedores de novos e mais complexos prismas forem os profissionais de comunicação, melhor e mais qualificados serão os conhecimentos culturais e sociais que produzem. Reitero meu entendimento de que a universidade cumpre um papel político fundamental, e acrescento que os estudos de vertente decolonial são um dos caminhos potentes para as fissuras nos modos de saber e de poder do campo.

EJM - No ambiente da desinformação vimos um crescimento de práticas de verificação, fundamentais para desfazer notícias falsas. No entanto, o elogio ao dado, aos “fatos em si” como elementos reinantes do jornalismo, voltaram a ser o objetivo perseguido por muitos profissionais da área e meios de comunicação. Como vê esse ambiente que reforça a questão da objetividade, quase uma espécie de neo-positivismo?

“Vale reforçar que as diferenças são transformadas em desigualdade na cultura, na forma como a gente nomeia, classifica e hierarquiza sujeitos e coisas do mundo. E a produção simbólica é central nesse processo”

MÁRCIA VEIGA - Eu fico pensando o quanto já se pode falar num neo-positivismo, quando o positivismo, percebido mais complexamente, ainda não foi resolvido no campo, na epistemologia dominante que norteia as condições de pensamento e as práticas. É impressionante que ainda haja jornalistas que não compreendam como as desigualdades sociais se dão, inclusive com a participação dos discursos que produzem. Tratam os dados ainda de forma muito simplificada, impedindo que se compreenda os fenômenos sociais com a complexidade que os mesmos têm. Recorrem majoritariamente às mesmas fontes, às mesmas perspectivas políticas e de pensamento, aos mesmos sujeitos sociais. Ainda estão muito enquadrados no ideário binário dos “dois lados”, criando falsas simetrias.

O que está em questão não é a existência dos fatos ou da realidade objetiva, mas de se ignorar que nunca é o fato em si, mas sim as construções discursivas, simbólicas, interpretativas e políticas que se faz sobre os fatos, desde o processo de selecionar o que tem poder de se tornar um fato. Até consigo entender a necessidade, nesse contexto de desinformação, de demonstrar as verificações, tarefas essas que já fazem parte da deontologia do jornalismo e também o diferem das outras produções de conteúdo. Entretanto, essa ideia de neutralidade dos fatos, norteadas pela vigência de uma deontologia de cunho positivista, reifica o ideário de objetividade que nos trouxe até aqui, inclusive a esse cenário de desinformação e descredibilidade do jornalismo. Me parece que, assim como acontece com as pesquisas das áreas humanas e sociais, é preciso que se demonstre mais transparência sobre as escolhas feitas, como forma de validação do conhecimento que se produz no jornalismo, especialmente nas notícias, e não mais insistir na (im)possibilidade de um produto cultural isento. O público, como o pensamento científico atualizado, já entendeu que as empresas e os conhecimentos têm algum tipo de ideologia (não necessariamente político partidária, como prega o senso comum), definitivamente não são neutros ou isentos. Mas tanto o cientificismo, quanto o jornalismo, insistem em manter essas noções de objetividade e pureza, que por um tempo foi importante e talvez necessário, dadas as condições de surgimento, mas que na contemporanei-

dade não produzem mais os mesmos sentidos e efeitos.

Então, o que penso que se reivindica são novas formas de compreender e de dar a compreender - de maneira menos simplificadora, mais complexa, vista por diferentes prismas - na produção do conhecimento das coisas do mundo de que trata o jornalismo. Uma outra noção de objetividade que nos ajude, independente das questões técnicas, tecnológicas, a forjar práticas e produtos mais consoantes com a complexidade do mundo em que vivemos. Uma objetividade, nos termos da objetividade feminista, que seja capaz de criar condições de enxergar, e de dar a ver, a diferença sem transformá-la em desigualdade. Uma objetividade que não objetifique a vida e os sujeitos. E sobretudo uma objetividade que funcione como uma baliza ética, e não meramente funcionalista. Sem isso, seguimos rodando atrás do rabo, tecnologicamente avançados e criticamente debilitados. Produzindo conhecimentos e tecnologia (masculinistas, racistas, classistas, heterossexistas) mais voltados pra morte, para matar ou morrer, simbólica ou empiricamente, do que para pulsão de vida, de um “bem viver”, nos termos de Alberto Acosta. Insisto: é preciso mexer nos modos de saber para transformar as relações de poder.

“É preciso mexer nos modos de saber para transformar as relações de poder”

EJM - Em 2020, cinco veículos independentes, Amazônia Real, Agência Eco Nordeste, #Colabora, Portal Catarinas e Ponte Jornalismo produziram uma série de reportagens “Um vírus e duas guerras: Mulheres enfrentam em casa a violência doméstica e a pandemia da Covid-19”. Nota-se, nesse material, um protagonismo feminino nas narrativas. De todas as fontes consultadas apenas duas são homens. Tal característica demonstra um movimento de valorização da voz da mulher, que é historicamente negligenciada em nossa sociedade patriarcal em que o homem ocupa a centralidade hierárquica, muitas vezes acompanhada de legitimidade para falar sobre os mais diversos temas. Nessa perspectiva, como você avalia o uso das fontes no jornalismo? Seja no *mainstream*, seja nos novos arranjos produtivos.

MÁRCIA VEIGA - Entendo que a seleção de fontes no jornalismo, historicamente, corresponde ao tipo de racionalidade masculinista que rege a deontologia do campo. Nessa perspectiva foram subsumidas da condição de fonte (séria, credível e privilegiada) as vozes das mulheres, das pessoas negras, LGBTQIs, indígenas, pobres, imigrantes. A esses grupos sociais destinou-se o lugar secundário, do exótico, da minoridade. Seja pela ausência ou pelo tipo de presença, mormente estereotipada dessas vozes como fontes ou personagens, esses procedimentos são guiados por uma racionalidade que valoriza e empodera os sujeitos e visões de mundo dos lugares de poder da hierarquia social. Quanto mais se enxerga a partir de um ponto de vista “universal”, menos se consegue ver e dar a ver o mosaico de sujeitos e realidades que formam a sociedade complexa contemporânea. Entretanto, mesmo que haja uma intenção de apagamento ou exotização dessas vozes e visões de mundo, são justamente as ações de resistência desses grupos sociais que permitem fissuras tanto no campo jornalístico, como na sociedade.

Ao ampliar e diversificar as fontes, vozes e as perspectivas de mundo nos produtos jornalísticos, efetiva-se na prática uma ruptura na racionalidade dominante e também nas relações de poder, dentro e fora do campo. Também não é por acaso o fato dessa diversidade de vozes, sujeitos e visões de mundo ter sido mais, e melhor elaborada, nos veículos jornalísticos alternativos ao *mainstream*, como os dos exemplos que trouxeram. As ideologias das empresas e do mercado - que compartilham

os valores sociais e culturais dominantes da sociedade, não circunscritos às ideologias econômicas e de classe – tem peso importante nas práticas, inclusivamente discursivas. Acredito que livres dessas amarras do mercado seja mais possível ações de subversão. Mas de nada também adiantaria uma independência do mercado, ou das normas restritivas do mercado para a profissão, se as mesmas racionalidades e relações de poder forem mantidas. Por eu isso penso que os veículos e sujeitos que tenham ampliado seus arcabouços de compreensão sobre os funcionamentos do jornalismo e suas implicações nas vidas materiais dos sujeitos e da cultura, produzem melhores conhecimentos, desenvolvem melhores práticas (profissionais, sociais, discursivas) e contribuem efetivamente para as transformações culturais em curso.

EJM - Uma das principais críticas à imprensa nacional é sua imensa ajuda na construção de um ambiente tóxico à democracia, ambiente este no qual estamos vivendo atualmente. Na sua opinião, esse cenário pode provocar mudanças reais nas noções de objetividade jornalística ainda hoje performadas pela chamada imprensa de referência (com o jornalismo declaratório sendo um dos exemplos)? A maior inserção de temáticas raciais, de gênero, etc, também indicariam uma abertura maior dos meios à complexidade da vida social ou estamos, novamente, na velha performance liberal de abrir espaço para o que é entendido como “novidade”, não exatamente como vida?

MÁRCIA VEIGA - A imprensa empresarial me parece que vem sendo ela mesma, defendendo suas ideologias políticas, econômicas e sociais neoliberais, e também insistindo no mito da neutralidade em que se baseiam suas ideologias

“Ao ampliar e diversificar as fontes, vozes e as perspectivas de mundo nos produtos jornalísticos, efetiva-se na prática uma ruptura na racionalidade dominante e também nas relações de poder, dentro e fora do campo”

positivistas. É bom lembrar que o ideário do positivismo, que forjou e rege o jornalismo, está no centro da criação do Estado-Nação brasileiro, marcado por um modernismo de ideias associado a um forte conservadorismo político, um desejo de mudança sem alterar hierarquias e prestígios, como ensina Richard Miskolci (2012). Ainda assim, já não é possível usar dos mesmos meios e obter os mesmos resultados na operação dessas lógicas sem que se perceba as fissuras que vêm sendo causadas pelas ações de resistência. Apesar dos desejos e ativa atuação dos lugares de poder, a roda gira, e as condições de pensamento também estão sendo alteradas e atualizadas a partir das movimentações políticas, sociais, culturais e epistêmicas que delas resultam. É muito sofisticado entender a complexidade de como as ideologias das empresas são colocadas em seus discursos e práticas, em que a pretensa exposição dos

“dois lados” acaba por se revelar sempre parte de uma visão dominante de mundo. E acho que essas complexidades tampouco são melhor compreendidas pelos jornalistas, uma vez que também estão imersos no predomínio destas restrições paradigmáticas e ideológicas em suas formas de pensar e agir, com pouco espaço reflexivo e crítico sobre suas práticas. Por isso o enfrentamento dessas lógicas excludentes e obsoletas a partir da ampliação da circulação de narrativas diversas das normativas dominantes é um dos caminhos possíveis para causar rupturas, especialmente epistemológicas, e para as transformações culturais na sociedade e também no jornalismo.

Também por isso eu acho sempre louvável que haja mais circulação destas temáticas sociais e maior ocupação desses espaços jornalísticos por sujeitos e movimentos dissidentes das normativas dominantes. Porque entendo que a ocupação dos espaços públicos de debates é um modo de produção de conhecimento e de transformação cultural. Então eu concordo que pautar cada vez mais o jornalismo com essas temáticas é um fator importante. Mas mais do que aumentar o número de pautas a respeito, me parece que é importante qualificar a forma como se vai produzir conhecimentos a respeito dessas temáticas. Obviamente que não se pode deixar de levar em consideração as ideologias das empresas jornalísticas, que comungam dos princípios e valores do poder colonial-capitalista-masculinista-racista-heterossexista-classista.

Então, sem deixar de considerar o poder das estruturas das empresas, penso que um espaço de resistência é o do investimento nos sujeitos profissionais.

Penso que é um caminho de causar profundas rupturas epistemológicas não só no jornalismo, mas também na sociedade. Investir na formação de um profissional que seja formado não como um “operário” da indústria jornalística, mas como um “intelectual que produz conhecimento social”, nos termos de Meditsch. Um profissional que se compreenda implicado nas produções discursivas que interferem diretamente nas relações sociais. Com o refinamento do pensamento crítico das e dos jornalistas, resgatando o âmbito simbólico

que se produz na intersecção entre a teoria e prática, entendo que, independente de onde atuarão, terão uma atuação mais qualificada. Vão ser melhor habilitados, inclusive, para pautar a reivindicação desses temas e outras perspectivas sobre eles junto às chefias e às empresas, pois terão seus argumentos ainda mais qualificados e evitarão o fenômeno da autocensura. Afinal, as próprias empresas desejam profissionais qualificados (temos bons exemplos destes e destas jornalistas atuantes e bem reconhecidos em redações) e também são constituídas por sujeitos que se atualizam na cultura. Acredito que, deste modo, a gente vai criando melhores possibilidades de romper com essas lógicas paradigmáticas, binárias, que sustentam a ideia de “dois lados”, dos tipos de fontes e verdades, que fundamenta o jornalismo declaratório, e que igualmente contribui para a criação de falsas simetrias, como temos visto ultimamente.

Observando o jornalismo como uma forma de conhecimento, sinceramente não vejo alternativas para sua transformação, ainda que não totalitária (pois isso significaria acreditar em totalitarismos), sem um investimento em novas formas de conhecer que permitam a produção de novos tipos de conhecimentos sociais. Sem a ruptura com os sistemas de pensamento que são crivados de sistemas de poder. Seguir delegando as condições de poder apenas às estruturas acaba por invisibilizar e enfraquecer as resistências. E nessa perspectiva o resgate dos sujeitos e das subjetividades nessas relações me parece central, sobretudo para as rupturas epistemológicas necessárias para melhor depreender o mundo social. Trago bel hooks para deixar mais evidenciado onde se situam essas minhas percepções e que baseiam minhas convicções de ainda apostar, como Genro Filho (1987), no potencial transformador e revolucionário do jornalismo em intersecção com a cultura e a sociedade, e tomando os sujeitos-jornalistas como figuras centrais nesse processo:

“Muita gente me diz que pareço estar afirmando que é suficiente que os indivíduos mudem sua maneira de pensar. E veja, que até o uso da palavra *suficiente*

“Um espaço de resistência é o do investimento nos sujeitos profissionais. É um caminho de causar profundas rupturas epistemológicas no jornalismo e na sociedade”

me diz algo acerca da atitude com que eles encaram a questão. Ela tem uma sonoridade personalista, que não transmite um entendimento profundo do quanto uma mudança de atitude (e não somente o término de qualquer processo transformador) pode ser significativa para um povo colonizado/oprimido. Repetidamente [Paulo] Freire tem de lembrar os leitores de que ele nunca falou da conscientização como um fim em si, mas sempre na medida em que se soma a uma práxis significativa” (Hooks, 20013, em *Ensinando a Transgredir*, p. 67-68)

Sem mexer nas estruturas de saber, não será possível mover as estruturas de poder, nem no jornalismo, nem na sociedade. Então, desejo que possamos aprender e ensinar essas transgressões urgentes e necessárias.

Por fim, agradeço mais uma vez o convite de pensar a partir das questões formuladas. Elas me convidaram a revisitar as pesquisas desenvolvidas e a mais uma vez colocar em diálogo as formas pelas quais fui aprendendo a compreender o jornalismo e suas relações com a cultura, com os sistemas de valores e relações de gênero, poder e saber. A entender o conhecimento do jornalismo por uma mirada, uma lente epistemológica de gênero e poder. E nessas aprendizagens que fiz, e que fundamentam meus argumentos, limitados e localizados, sigo entusiasta desse campo e das possibilidades que enxergo nele para as transformações sociais necessárias. Agradeço imenso poder compartilhar uma vez mais esses pensamentos, mas sobretudo agradeço a todas, todos e todes que, ao generosamente acolhê-las, dedicando precioso tempo de leitura, lhes concedam uma possibilidade de existência.